

A ÉTICA COMO PRESSUPOSTO BASILAR NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Kelly Alves de Souza¹

Resumo

Neste artigo, vislumbra-se evidenciar ao/a leitor/a como a ética, indubitavelmente, mostra-se um importante dispositivo, além de um mecanismo estratégico na formação em Serviço Social, fazendo-se apreender como seus pressupostos circundam o fazer profissional nas diferentes esferas sociais, subsecutivamente, na prática docente, nos níveis de graduação e pós-graduação. Objetiva-se demonstrar como a formação e o fazer profissional pautados no comprometimento ético e político se mostram importantes, ansiando dar respostas as indagações suscitadas mediante uma compreensão crítica e analítica da sociedade em presença das realidades consubstanciadas, entrecruzadas pelos determinantes capitalistas enquanto sistema de controle e (re)produção da vida social. Para sua concretização, realizou-se pesquisa de cunho bibliográfico almejando materializar as análises ora arregimentadas prospectando clarificar a sua importância mediante a compreensão da ética enquanto condição *sine qua non* na formação e atuação profissionais. Esta pesquisa ancora-se em aportes teórico e metodológico endossados no materialismo histórico dialético, intentando explicar os fenômenos sociais e históricos, suas incidências e interações nas vidas dos indivíduos sociais que historicamente têm experienciado às margens do reconhecimento de suas existências e, mais ainda, na perspectiva do reconhecimento humano e dos direitos. Importa saber que o capitalismo é responsável pelos agravos históricos estabelecidos desde a sua insurgência, no século XVIII.

Palavras-chave: Ética e Serviço Social. Formação Profissional. Atuação Profissional. Capitalismo. Sociedade

Abstract

In this article, we aim to show the reader how ethics undoubtedly proves to be an important device, in addition to a strategic mechanism in training in Social Work, making it possible to understand how its assumptions surround professional practice in different social spheres, subsecutively, in teaching practice, at undergraduate and postgraduate levels. The aim is to demonstrate how training and professional practice based on ethical and political commitment are important, aiming to provide answers to the questions raised through a critical and analytical understanding of society in the presence of substantiated realities, intertwined by capitalist determinants as a system of control and (re)production of social life. To achieve this, bibliographical research was carried out with the aim of materializing the analyzes now organized, with the prospect of clarifying their importance through the understanding of ethics as a *sine qua non* condition in professional training and performance. This research is anchored in theoretical and methodological contributions endorsed by dialectical historical materialism, attempting to explain social

¹ Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail:

kelly.alves@ufpe.br

and historical phenomena, their incidences and interactions in the lives of social individuals who have historically experienced on the margins of the recognition of their existence and, even more so, in the perspective of human recognition and rights. It is important to know that capitalism is responsible for the historical problems established since its insurgency in the 18th century.

Keywords: Ethics and Social Work. Professional qualification. Professional performance. Capitalism. Society

INTRODUÇÃO

A pesquisa que lhes apresento, versa sobre a ética como pressuposto basilar considerando a insurgência do Serviço Social na sociedade brasileira, consolidando-se a partir da necessidade de entender e dar respostas considerando os condicionantes imanescentes ao modelo capitalista de produção, as interações e incidências desse sistema de exploração sobre a classe trabalhadora, seus imperativos, e que tem causado uma série de deslocamentos e rupturas nas mais variadas esferas sociais.

Considerando os elementos prenunciados, objetiva-se nessas problematizações demonstrar como o fazer profissional pautado no comprometimento ético e político se mostra deveras importante, buscando dar respostas as indagações suscitadas a partir de uma compreensão crítica e analítica da sociedade ante as realidades consubstanciadas e que estão cruzadas pelos determinantes capitalistas enquanto sistema de controle e (re)produção da vida social.

Esta pesquisa ancora-se em aportes teórico e metodológico endossados no materialismo histórico dialético, intentando explicar os fenômenos sociais e históricos, suas incidências e interações nas vidas de populações e grupos que historicamente têm experienciado às margens do reconhecimento de suas existências e, mais ainda, na perspectiva do reconhecimento humano e dos direitos.

Cumprir clarificar, pois, que, para a compreensão da problemática transposta concernente à consolidação do Serviço Social no Brasil, é importante destacar que na América Latina, a primeira escola de Serviço Social, estabeleceu-se em 1925, no Chile. Sendo que, nesse momento, respaldava-se numa apreensão da profissão determinada pela medicina. Evidencia-se, portanto, como fio interrogador nessas reflexões, o entendimento, como também a localização das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil.

A profissão tem suas bases intersectadas e orientadas pela ação católica, logo, tendo as intervenções da igreja católica como estruturantes das relações insurgidas e

consolidadas no interior do Serviço Social. Por efeito, clarifica-se que sua insurgência se dá com a instituição das primeiras escolas, estabelecendo-se nos anos de 1936 e 1937, em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente; configurando-se e estabelecendo-se em meio à pujança do processo emergente de industrialização no Brasil.

A título de informação importante, em 1940, tem-se a instituição da escola de Serviço Social do Recife, sendo a primeira em se tratando do Nordeste. Ou seja, a terceira escola de Serviço Social em âmbito nacional e que não diferente daquelas que a precederam, orientada e estruturada pelos cânones religiosos no interstício de sua configuração, igualmente de base conservadora e tradicional. Posteriormente, tendo suas ações voltadas a uma perspectiva mais progressista. Todavia, tal premissa, circunscrevia-se de maneira ainda rudimentar em relação à todas as alas ali estabelecidas.

À medida que o Serviço Social vai adquirindo um amadurecimento, concomitantemente, oportuniza-se a compreensão e a possibilidade de reformulação da profissão, contestando, inclusive, as bases da formação profissional interseccionada e estruturada nos moldes da ação católica de inspiração tomista, seguidamente, neotomista, de maneira igual, respaldadas no positivismo.

Em vista disso, novas perspectivas críticas começam a delinear um (re)direcionamento na trajetória do Serviço Social brasileiro.

Face ao quadro apresentado, implica entender que a formação profissional decorre de processos históricos transcursados por abordagens teórica, epistêmica e metodológica capazes em possibilitar um pensamento crítico e reflexivo no âmbito da profissão. No entanto, nem sempre, considerando a própria concepção da profissão derivada por aspectos conservadores e tradicionais, históricos, culturais e políticos, não se deu a partir de tais compreensões; sendo que, como enunciado precedentemente, em sua insurgência, não se tinha na profissão uma apreensão crítica da realidade concreta e dos determinantes imanentes ao modelo capitalista de produção e também de atuação do Estado enquanto ente regulador de todas as relações sociais e humanas.

A esse respeito, no que concerne à ética enquanto pressuposto basilar da profissão, avalia-se que o primeiro código de ética profissional surge em 1947; o segundo em 1965. Nesses termos, verifica-se que todos os códigos de ética do Serviço Social que precederam a (re)formulação ocorrida em 1986, com exceção ao de 1975, que de maneira incipiente trazia algumas alterações fundadas no personalismo, mesmo assim, mantinha as inclinações tradicionais pautadas no neotomismo e no positivismo, tendo as

supracitadas correntes teóricas acompanhado toda trajetória da profissão, desde a sua emergência; Mustafá (2020); Barroco e Terra (2012).

Em vista disso, novas perspectivas críticas começaram a delinear um (re)direcionamento na trajetória do Serviço Social brasileiro.

Todos os tensionamentos e acontecimentos ocorridos no interior do Serviço Social no contexto em questão, e as reverberações deles próprios, transcorreram no período de consolidação do golpe autocrático burguês (ditadura militar) no Brasil, estabelecendo-se em 31 de março de 1964, perdurando até 1985.

Por fim, considerando estas reflexões, não se pode desconsiderar a relação entre as categorias de análise instauradas no interior da profissão e que têm por objetivo o entendimento concernente aos determinantes sociais e históricos a partir dos deslocamentos e rupturas ocorridos à medida que se compreende que os imperativos capitalistas são responsáveis pelos agravos históricos ocasionados nas vidas daqueles/as que têm a sua mão de obra como produto/mercadoria da sociedade capitalista.

1. SERVIÇO SOCIAL E AS BASES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: Instituição das primeiras escolas no Chile e no Brasil

Em 1925, no Chile, tem-se a instituição da primeira escola de Serviço Social; a primeira da América Latina, entrecruzada pelos determinantes da medicina. Todos os fatos incididos no período ora versado cruzaram o Serviço Social, que caminhava na busca pela sua consolidação, objetivando uma identidade profissional. Mediante as análises ora postuladas, faz-se imperativo o entendimento da profissão e suas inclinações iniciais, de bases conservadoras e religiosas, sendo esta parte de um processo/movimento social mais amplo.

Segundo Iamamoto (2013, p. 29), o Serviço Social do período em discussão, ancora-se, pois, “articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da igreja católica no “mundo temporal”, nos inícios da década de 30”. Nesses termos, sua emergência, no contexto Brasil, se dá em meio a pujança da expansão industrial, na década de 1930; leia-se, um desenvolvimento industrial tardio se comparado ao ocorrido em países situados no Norte Global, principalmente, europeus, a exemplo da Inglaterra, onde se estabeleceu por volta de 1750, ou seja, consolidou-se no século XVIII.

As primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, solidificaram-se em 1936, sendo a primeira em São Paulo, tendo suas bases estruturadas nos cânones da igreja católica,

assim como também em 1937, sob inspiração católica surge a escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, pautando questões reminiscentes “ao menor”, além das referentes à família e, por conseguinte, também em 1937, instituiu-se a escola de Serviço Social do Peru e assim sucessivamente.

Em 1940, tem-se a criação da escola de Serviço Social do Recife; a primeira em se tratando do Nordeste. Estabelecendo-se como a terceira escola de Serviço Social em âmbito nacional. Não diferente daquelas que a precederam, orientada e estruturada pelos imperativos da igreja católica; igualmente de base conservadora e tradicional. Posteriormente, tendo suas ações voltadas a uma perspectiva mais progressista, entretanto, tal premissa, circunscrevia-se de maneira ainda rudimentar em relação à todas as alas ali estabelecidas. Logo, culminando, inclusive com a implantação do segundo mestrado em Serviço Social do Nordeste, em 1979, na Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. O primeiro mestrado acadêmico do Nordeste, foi instituído na Universidade Federal da Paraíba/UFPB, em 1978, sendo o quinto do país.

Importa lembrar, segundo Mustafá (2020); Barro e Terra (2012), que o Serviço Social na sua gênese se estrutura a partir de uma perspectiva de atuação voltada ao ajustamento dos indivíduos à sociedade. Sendo assim, não havia, naquele momento, uma análise crítica da realidade experienciada nos mais variados contextos em que se apresentava, perdurando até a década de 1980; mudando suas bases, após a consolidação do movimento de intenção de ruptura (1979) com o Serviço Social conservador-tradicional.

Segundo Castro (2011), as ações da igreja católica nessas fases do Serviço Social na América Latina, consubstanciaram-se no momento em que a igreja detida católica percebe a perda de sua hegemonia e de suas ações em várias esferas da sociedade. A igreja católica se colocava com sua hegemonia em múltiplas instâncias sociais, ou seja, na consolidação do ensino religioso nas escolas nos mais variados níveis, incluindo o ensino universitário. Sendo assim, no Serviço Social não foi diferente, além de manter o controle no que se refere à constituição e o estabelecimento dos institutos católicos de ensino. Diferentemente do que ocorre no Serviço Social chileno, em sua emergência, no brasileiro não há uma vinculação direta à outra profissão.

No Brasil, as intervenções profissionais estavam diretamente vinculadas aos imperativos/ações da igreja católica. Com isso, no Chile, por exemplo, estavam as ações da profissão cruzadas pelas deliberações da medicina/saúde, Castro (2011). Simultaneamente, as transformações insurgidas dentro do Serviço Social, deram-se

exatamente como parte dos descontentamentos de Assistentes Sociais ao questionarem as bases que consolidaram a profissão, segundo Aguiar (2011).

1.1. A ética como pressuposto precípua na consolidação da profissão e os determinantes religiosos

Nas discussões sobre “Ética, Filosofia e Serviço Social”, dialogando com Mustafá (2020), oportuniza-se um repertório discursivo profuso, crítico e reflexivo ao se pensar as bases da profissão mediante sua constituição histórica perpassada pelo conservadorismo, cruzada pela religiosidade; tendo a ética como pressuposto basilar no redirecionamento analítico da profissão, refutando as bases tracionais que a precede.

Nas analogias versadas por Silva (2019), analisa-se que mesmo com os desafios aparentes e presentes no Brasil (no então governo de Jair Bolsonaro), postos por órgãos oficiais do governo, a exemplo do ministério da educação, em que passou por desfinanciamentos respectivos à área da pesquisa e, também, em dado momento político, com ações clara e abertamente conservadoras. Para esta autora, faz-se importante e necessário se pensar e estruturar uma epistemologia crítica vislumbrando o (re)direcionamento da profissão pautando a defesa intransigente de todos os direitos detidamente constitucionais e humanos ante os preceitos democráticos consolidados na Carta Magna do Brasil de 1988.

Mostra-se imperativo reconhecer o caráter crítico e analítico evidenciados no Serviço Social nos últimos anos. Esses processos estão imbricados e ancorados em abordagens a partir de um saber crítico e analítico e, indubitavelmente, metodológico, por conseguinte, prático e que estão consolidados no interior da profissão. A esse respeito, clarifica-se que a (re)produção de conhecimento em matéria de Serviço Social tem se consolidado considerando aportes teóricos e epistêmicos capazes em oferecerem respostas as indagações suscitadas por indivíduos na sociedade, considerando uma perspectiva crítico-dialética na consubstanciação e na (re)produção de novos saberes.

Nesses termos, verifica-se que a produção do conhecimento desde a sua gênese vislumbra autonomia no que concerne aos seus achados científicos – ou seja, a busca pela autonomia, sem que esteja condicionado pela determinação de instituições histórica e hegemonicamente constituídas, como é caso da igreja católica; do Estado enquanto instituição jurídica e politicamente constituída mediante seu poder de regulação das relações sociais, interferindo sobremaneira na (re)produção do saber.

A religião historicamente tem se colocado com importante influência nos processos de sociabilidades compreendendo as relações entre os indivíduos como mecanismos de alienação a partir da prerrogativa de uma suposta verdade divina inquestionável condicionada pela preservação de sua estrutura perante a ordem social preestabelecida.

Os pressupostos religiosos, de algum modo, interceptam os indivíduos na sociedade, suprimindo-lhes as capacidades de abstração concernentes à realidade concreta, fazendo com que todos os meios possibilitados de apreensão do real, do concreto, sejam faseados pelas estratégias de subjetivação instaurados enquanto pressuposto hegemônico e que dificultam a compreensão social em meio a realidade concreta em sua diversidade, determinações e complexidade.

À vista disso, torna-se imprescindível para a religião a não assimilação da realidade entrecruzada por múltiplos condicionantes; sendo estes por ela precedidos de outra ordem, menos enquanto hipótese divina ante os deslocamentos experienciados por todos os indivíduos sociais.

Posto isto, importar destacar que

o homem, que na realidade fantástica do céu, onde procurava um super-homem, encontrou apenas o reflexo de si mesmo, já não será tentado a encontrar apenas a aparência de si, o inumano, lá onde procura e tem de procurar sua autêntica realidade." (MARX, 2010, p. 151).

As capacidades de interrogação da realidade, se não observadas sem a interferência de pensamentos acordados por preceitos religiosos, se distorcidos, pode causar uma suposta compreensão de verdade que se estabelece como inerente aos indivíduos, retirando-lhes a capacidade de não assimilação da realidade consubstanciada, materializada em sua plenitude.

Compreende-se que o ser humano, destarte, um ser social, socializado, desenvolve capacidades intelectivas de entendimento dos fatos socialmente consolidados, tendo como premissa a crítica aos processos que se gestam pelo próprio movimento social que é parte intrínseca da própria estruturação da sociedade em suas múltiplas contradições.

Sob essa linha de argumentação e análise, em se tratando da religião e suas estratégias de subjetivação do pensamento e da realidade concreta, entende-se que

ela é realização fantástica da essência humana, porque a essência humana não possui uma realidade verdadeira. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, contra aquele mundo cujo aroma espiritual é a religião. (Marx, 2010, p. 151).

Por outro lado, não se nega a religião como parte da estrutura social e de suas influências nas experiências humanas, contudo, a partir de seu caráter cultural, faz-se imprescindível seu entendimento não como meio ou dispositivo de alienação objetivando materializar o falseamento da realidade concreta e seus entrecruzamentos com os organismos humanos. A esse respeito, importa sinalizar, mesmo considerando as contradições postas, verificando-se que para o referido autor "a religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo (Ibid, p. 151)".

Mesmo ponderando que a religião em determinados aspectos aciona elementos da subjetividade humana como meio de dominação e de não apreensão dos aspectos intrínsecos à realidade; os indivíduos sociais em seus contextos diversos têm a religião como um importante dispositivo na tentativa de superação dos males sociais que entrecruzam suas vivências independentemente de sua localização. Nesse ínterim, importante se faz entender que insurgem múltiplos mecanismos e táticas de alheamento e de falseamento da realidade em toda sua diversidade.

As capacidades de compreensão dos/as sujeitos/as precisam estar interconectadas aos objetivos reais em sua consubstancialidade. Desta forma, faz-se inteligível pra a religião a (in)capacidade por parte dos indivíduos sociais de não associação dos condicionantes por ela interpostos e suas interações nos mais variados contextos, não só sociais, mas também considerando os aspectos culturais e políticos que circunscrevem.

Ao mesmo tempo, tais premissas estão ancoradas, segundo Marx (2010, p. 151), ainda em cânones intersectados pela religião, sendo que,

a prova evidente do radicalismo da teoria alemã, portanto, de sua energia prática, é o fato de ela partir da superação positiva da religião. A crítica da religião tem seu fim com a doutrina de que o homem é o ser supremo para o homem, portanto, com o imperativo categórico de subverter todas as relações em que o homem é um ser humilhado, escravizado, abandonado, desprezível.

Mostra-se importante entender que investigação teórica, denota-se, inquestionavelmente, na possibilidade de ações políticas coerentes e coesas mediante ao que se pretende enquanto transformação e (re)organização social e política, além daquelas de ordem estatal; possibilitando não apenas questionar, mas, indubitavelmente, provocar tensões e rupturas nas estruturas de poder hegemonicamente consolidadas e que se apoiam no capitalismo enquanto sistema de exploração, bem como de dominação, agindo em consonância aos pressupostos dimanados pelo Estado.

Nos termos e contexto pronunciados, a noção de “homem” enquanto indivíduo político e social com capacidades e habilidades inatas detidas por todos os indivíduos humanos é subvertido e antecedido pelas noções impostas pela religião que deturpa a ideia de emancipação humana, estando esta entrecruzada pela não apropriação das possibilidades que possam vir a existir enquanto meio e estratégia de revolução social e também política.

Paralelamente, analisa-se, nas indicações Marx, trazendo para a discussão a sociedade alemã e seus preceitos e organização intelectual, social e política, sopesando, pois, que,

mesmo historicamente, a emancipação teórica possui uma importância especificamente prática para a Alemanha. O passado revolucionário da Alemanha é teórico – é a Reforma. Assim como outrora a revolução começou no cérebro de um monge, agora ela começa no cérebro do filósofo (2010, p. 152).

Precisa-se apreender os poderes das teorias produzidas a partir dos vários campos do saber, oportunizando-nos assim, analisar como os processos sociais e políticos se insurgem, objetivando dar respostas as indagações suscitadas considerando os limites impostos e que consolidam muitas vezes determinados mecanismos de controle, lançando-se sobre todo tecido social, estruturando e materializando múltiplas formas de dominação, suprimindo dos indivíduos a capacidade de compreensão do real como possibilidade de questionar as bases que as produzem.

Ainda sobre religião, não apenas como prática, mas, inquestionavelmente, como meio facilitador da alienação dos indivíduos na sociedade a partir da supressão da capacidade de entendimento dos condicionantes concretizados nas experiências humanas, postula-se que suas bases, mesmo consolidadas, passam a não se sustentar como verdade irrefutável a partir do momento em que se questiona a sua hegemonia no campo social e político, negando o que desde o princípio tem sido colocado como verdade incontornável.

Assim, importa saber que as bases tradicionais que a sustentava sofrem uma ruptura em sua estrutura de poder, analisando as observações ora versadas de que,

sem dúvida, Lutero venceu a servidão por devoção porque pôs no seu lugar a servidão por convicção. Quebrou a fé na autoridade porque restaurou a autoridade da fé. Transformou os padres em leigos, transformando os leigos em padres. Libertou o homem da religiosidade exterior, fazendo da religiosidade o homem interior. Libertou o corpo dos grilhões, prendendo com grilhões o coração. (Marx, 2010, p. 152).

Mesmo assim, ainda não se pode alegar com veemência que tais pressupostos não sejam reestruturados considerando as novas bases ali firmadas. Ou seja, as estruturas de

dominação uma vez rompidas, de certo modo, possibilita que outras a partir de condicionantes próprios também instaurem novas formas de dominação, doutrinação, de modo igual, alienação.

Essa é uma relação de causa e efeito, que para se ter o controle das massas, precisa-se valer de dispositivos que condicionem novas estratégias e mecanismos de dominação, retirando de todos os seres sociais/socializados a capacidade de interpretação de uma realidade que se consubstancia a partir de condicionantes subjetivos – de ordem imateriais, além dos objetivos – materiais.

Em síntese, analisando sob esse prisma, percebe-se, pois, que a liberdade estará sempre intersectada e condicionada, de certo modo, por múltiplas estratégias de controle e mecanismos de dominação e influências, sejam elas de cunho religioso, como também em se tratando dos determinantes estaiais e capitalistas, fazendo-se concretizar e reverberar ante as novas e supostas bases de verdade firmadas.

A religião tem sido discursivamente acionada como estratégia na compreensão de fatos e fenômenos circunstanciadamente naturais, impedindo que os/as sujeitos/as determinem em suas experiências a capacidade de apreensão de que esses fenômenos, são, necessária e, invariavelmente, resultados das ações do ser humano contra a natureza em sua concretude e totalidade.

Concomitantemente, parece conveniente para igreja/religião e os processos de religiosidade dela advindos introjetar uma ideia na sociedade de que todos esses fatores são de outra ordem, sendo esta ordem subjetiva, negando as estruturas que os têm originado, estando eles entrecruzados por questões culturais, políticas e econômicas. Contudo, faz-se imperativo para a religião arregimentar e manter suas estratégias de controle, subjetivação e alienação sobre todo corpo social, sendo estas lançadas como verdade, objetivando o falseamento da realidade social consubstanciada em sua materialidade diversa. Sob esse prisma, vislumbra-se a necessidade de um entendimento sobremodo crítico no intento de desconstruir tais premissas.

Considerando os argumentos formulados até aqui acerca dos processos e dinâmicas sociais, Mustafá (2020, p. 151), oportuniza-nos as seguintes reflexões em se tratando do/a profissional do Serviço Social ante o seu fazer profissional, analisando os seus entrecruzamentos com a realidade posta, alegando, pois,

diante do exposto até aqui, pode-se tecer importantes considerações a respeito, por exemplo da/do assistente social no campo, diante do usuário, ser capaz de perceber a complexa composição da mentalidade dele, seja pelo que ele expressa, seja pelo que se pode notar pela condição da classe na qual ele está inserido existencialmente.

No fazer (intervenção) profissional, decisivamente, precisa-se articular ações a partir de uma matriz crítica, analítica e propositiva, fazendo-se refletir sobre os condicionantes sociais, culturais, históricos e políticos, além de econômicos e suas interações nas experiências dos indivíduos e suas reverberações na sociedade, considerando os deslocamentos e rupturas materializados nas experiências humanas, ao sopesarmos o ordenamento social vigente, estruturado pelo capitalismo.

Faz-se imperativo, como sinalizado por Mustafá (2020), observar os fatos que precedem toda a história e os preceitos éticos dimanados a partir de então enquanto prerrogativa da organização dos/as sujeitos/as no ordenamento social; sendo que no período neolítico – tem-se a compreensão dos eventos naturais como uma prerrogativa dos deuses e não como algo que é intrínseco à natureza. A organização social da época ora enunciada, sinaliza-nos a insurgência da ética enquanto estruturante das relações interpessoais, igualmente, sociais, por conseguinte, culturais e políticas que se engendram considerando tais sociabilidades.

Na atualidade essa compreensão está em curso, pois é mais inteligível aos olhos de alguns indivíduos atribuírem responsabilidades atinentes a seus próprios atos (im)pensados relacionando-os a questões meramente subjetivas a entender que suas ações objetivas funcionam como mecanismos favorecedores, por exemplo, dos processos naturais que circunscrevem as relações a partir delas gestadas.

Para Mustafá (2020, p. 148), “a diferença entre nós e eles reside num pequeno, mas decisivo fato: nós somos herdeiros de uma bagagem cultural que o homem do neolítico não possuía”. Sendo assim, parte-se da lógica de que somos resultados de uma herança histórica e cultural que consubstanciou a nossa existência enquanto seres racionais, dotados de capacidades/habilidades múltiplas como pensar, agir em situações extremas, acionando mecanismos e estratégias de defesa em nosso benefício, diferente do que acontecia com os povos na era neolítica.

Os processos culturais, de algum modo, têm permitido e contribuído com ferramentas e capacidades analíticas de compreensão quanto aos fatos e fenômenos inerentes à natureza, além dos efeitos a partir e em torno de si produzidos. As crenças, por exemplo, ao longo do tempo foram perdendo capacidade de doutrinação, alienação, consequentemente, dominação sobre os indivíduos sociais; o que não ocorria em períodos como o descrito no início deste tópico.

1.2. Congresso da virada: contexto e insurgência do código de ética e do projeto ético político profissional

Sobre a ética no Serviço Social, avalia-se que a instituição do primeiro código de ética ocorreu em 1947, posteriormente, em 1965. Todos os códigos de ética do Serviço Social que precederam a (re)formulação de 1986, com exceção ao de 1975, que de maneira incipiente trazia algumas alterações fundadas no personalismo, ao observar as análises dispostas por Mustafá (2020); mesmo assim, mantinha as inclinações tradicionais pautadas no neotomismo e no positivismo, tendo as supracitadas correntes acompanhado toda trajetória da profissão, desde a sua emergência, Barroco e Terra (2012).

É a partir de 1986, que se tem o rompimento com perspectivas conservadoras e tradicionais forjadas dentro do Serviço Social desde a sua gênese. Nesses termos, observa-se que também rompe com bases teóricas e metodológicas de cunho enviesados e que se estabeleceram como propostas de atuação como respostas à “Questão Social” em suas múltiplas expressões no seio da profissão. Importante se faz lembrar que as bases tradicionais que circunscreveram o Serviço Social, não se deram apenas no plano nacional, mas, indiscutivelmente, em toda a América Latina, tendo suas bases consolidadas principalmente na década de 1950, tomando proporções para além das fronteiras a partir da década de 1960, Aguiar (2011).

Esses processos se projetaram em meio a consolidação do golpe autocrático burguês no Brasil, instaurando-se no país entre os anos de 1964, perdurando até 1985. Em 1985, tem-se uma retomada, ainda que rudimentar do processo de redemocratização do país; incluindo o movimento das diretas já.

Seguidamente, circunscreve-se no Serviço Social brasileiro, na década de 1970, o movimento de intenção de ruptura, tendo como premissa principal o redirecionamento teórico, metodológico, político e ético da profissão. Segundo Mustafá (2020), ao adentrar a década de 1980, com todos os movimentos dentro do Serviço Social, pensa-se na possibilidade do (re)direcionamento dentro da profissão, criticando e questionando as bases teóricas sustentadas por Althusser e também tradicionais consolidadas desde a sua insurgência. Com isso, a supracitada autora, tece críticas à proposta teórica de Althusser que se estabelece no contexto do golpe autocrático burguês no Brasil (1964), e que propunha uma leitura enviesada da teoria marxista e da realidade social instaurada.

A influência do referido teórico no Serviço Social brasileiro, prosseguiu-se até meados da década de 1980. Sob esse ponto de vista, arregimenta-se que,

um dos frutos maiores do III CBAS (ou do Congresso da Virada) foi a redação e aprovação, em nível da categoria profissional, das Novas Diretrizes Curriculares (que iriam ser aprovadas oficialmente pelo MEC só em 1982). As Diretrizes, assim, exprimem no seu texto, a linha filosófica que a partir de então ofereceu à profissão um novo referencial teórico, legitimando a prática, com a nova direção ético-política da profissão. (Mustafá, 2020, p. 223).

A partir de 1985, o Serviço Social brasileiro reconhece o marxismo como teoria que confere maturidade teórica e metodológica à profissão. Nesse limiar, aciona-se teoria e prática, além de estratégias metodológicas vislumbrando respostas para os questionamentos inerentes a esse processo; tendo nos indivíduos sociais o compromisso ético e político enquanto estruturantes de tais relações, operando na defesa intransigente dos direitos sociais e humanos; intentando viabilizá-los e efetivá-los, considerando às necessidades “mais elementares” insurgidas a partir dos mecanismos e das estratégias estruturadas pelo capital em sua materialidade e diversidade.

Com a referida teoria se consolidando no interior da profissão, oportuniza-se a assimilação concernente à percepção dos condicionantes histórico e socialmente impostos à classe trabalhadora a partir do capitalismo como eixo estruturante das relações a partir dele estabelecidas; atuação pautada numa perspectiva crítica e também analítica dos determinantes sociais, políticos e econômicos; apreensão crítica da realidade, considerando os imperativos inerentes ao modelo de sociedade que se gestou entrecruzado pelos determinantes do capitalismo ante sua exploração e apropriação de toda riqueza produzida.

Todos esses eventos se estabeleceram em meio ao processo de redemocratização. Ao mesmo tempo, com a consolidação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, possibilitando o (re)estabelecimento da democracia após 21 anos de regime ditatorial no país.

Nesses termos, aviltou-se os avanços no interior do Serviço Social ao passo em que importantes conquistas se consolidaram com a estabilização de documentos importantes que estruturam e nortearam tanto os processos formativo e pós-formativo, como também atinentes à prática profissional de assistentes sociais, considerando que,

avanços significativos ocorreram no Serviço Social nos anos de 1990, tanto do ponto de vista de seu redirecionamento legal, com a promulgação, em 1993, do novo Código de Ética e da Lei de Regulamentação Profissional (Lei n. 8.662/93), quanto do processo de formação que, em 1996, aprova, através da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), as novas Diretrizes Curriculares (DCs) para o curso de Serviço Social. (Almeida; Rocha; Branco, 2019, p. 177).

Estruturado sob novas perspectivas teóricas e também metodológicas no interior da profissão, demonstrando como a teoria marxista se mostrou importante e indispensável no processo de desenvolvimento do Serviço Social no Brasil a partir de sua inserção como corrente teórica, analisando suas intersecções com a profissão, oportunizando um entendimento crítico e dialético na compreensão da realidade, oportunizando um direcionamento crítico, analítico e reflexivo para o Serviço Social.

A proposta central é a defesa intransigente dos direitos de todos/as que deles necessitem, além de propiciar a organização, participação e controle social, através do conhecimento disposto para todos/as os/as sujeitos/as políticos/as na sociedade de classes. Ao analisar sob essa ótica, faz-se compreender as realidades interpostas e as múltiplas condicionalidades que as cruzam e os deslocamentos insurgidos considerando os segmentos sociais vulnerabilizados e que estão intersectados pelos imperativos capitalistas, a partir da (re)produção, expropriação e concentração da riqueza social e humanamente produzida – frutos da exploração da força de trabalho.

Em meio a todos esses ganhos para o Serviço Social, como também para todo conjunto da sociedade, nos termos de Mustafá (2020), o movimento de reconceituação, seguidamente com a promulgação da Carta Magna de 1988, trouxe consigo, além das vitórias expostas em linhas precedentes, a criação e implantação do Sistema Único de Saúde/SUS, sob a lei 8.080/90; o Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA regido nos termos da lei 8.069/90; a Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS, regida sob a lei de nº 8.742 de dezembro de 1993, dentre outras legislações que foram se consolidando ao longo da década de 1990, cruzando o século XXI, até presentemente.

Todas essas estratégias se estruturam prospectando a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária, na defesa intransigente dos/as sujeitos/as sociais e os direitos que lhes são próprios. E corroborando com que está apregoado na Carta Constitucional de 1988; segue o Serviço Social no Brasil, defendendo os princípios da igualdade, da equidade e da Justiça sociais, vislumbrando uma sociedade sem exploração, sem violência e opressão de quaisquer naturezas.

Em linhas gerais, mediante o que se buscou aclarar neste artigo sobre os avanços corridos e consolidados no Serviço Social nos últimos trinta e cinco/quarenta anos, para ser mais precisa, ainda se tem como estruturante o Projeto Ético Político da profissão, evidenciando-nos que os “avanços se referem às (re)elaborações teórico-metodológicas,

técnico-operativas, e ético-políticas na formação e no exercício profissional e em suas experiências organizativas e socioprofissionais” (Abramides, 2019, p. 221).

Vislumbra-se, aclarar, portanto, pois, que a proposta de rompimento com as bases tradicionais que emolduraram a profissão desde a sua gênese, constitui-se a partir do movimento de intenção de ruptura, oportunizando uma compreensão crítica, facultando análises em que, objetiva-se refutar perspectivas acríticas dentro do Serviço Social brasileiro.

Nesse ínterim, faz-se importante compreender as articulações entre as categorias classe social, ideologia e alienação, segundo Mustafá (2020), faz-se indispensável para fortalecer as bases da formação profissional em Serviço Social. Refletir sobre as dinâmicas da sociedade e suas interações com os indivíduos nela socializados, na compreensão dos deslocamentos ocasionados pelo elo estruturante das relações sociais consolidadas forjadas no capitalismo, mediante suas estratégias de exploração da força de trabalho humana, apropriando-se dos bens social e humanamente produzidos, além da concentração de toda riqueza daí produzida.

Entender que a formação profissional decorre de processos históricos transcurados por abordagens teórica, epistêmica e metodológica capazes em possibilitar um pensamento crítico e analítico no âmbito da profissão. Com isso, intenta-se fomentar respostas atinentes as indagações suscitadas por todo conjunto da sociedade, a partir do entendimento de que os mecanismos de exploração designados pelo capitalismo por meio da exploração da força de trabalho e concentração da riqueza produzida adensam as desigualdades em todas as esferas sociais.

Posto isto, faz-se indubitável que os/as profissionais estejam cruzados/as por uma formação profissional pautada em teorias que se façam capazes em ofertar tais respostas considerando as estratégias articuladas pelo capital, que histórica e socialmente têm afetado de maneira abrupta todos/as pertencentes à classe trabalhadora; principalmente aqueles/as entrelaçados pelas dimanações de gênero, raça, sexo, sexualidade, entre outras marcações sociais da diferença.

O comprometimento ético e político instaurado ao longo dos anos no seio da profissão enquanto proposta de transformação das realidades sociais expressas nas mais variadas expressões da Questão Social, devem, de maneira indispensável, fazer parte, não apenas do arcabouço teórico, mas também, incontestavelmente, do repertório discursivo e analítico considerando o fazer profissional, mediante as ações alistadas e as demandas insurgidas nesse processo.

Requer-se, pois, uma atuação profissional ética e politicamente comprometida na defesa intransigente dos direitos dos/as que se encontrem em (extrema)vulnerabilidade social, objetivando compreender os processos e os mecanismos que se estabelecem em suas experiências na sociedade, na tentativa de dar as respostas por eles/as buscadas almejando sanar os infortúnios que os/as atravessam, os/as colocando nas margens do reconhecimento social, bem como, inquestionavelmente, ante a própria concepção de humanidade e de direitos.

Vale salientar que ao analisarmos a Questão Social, como um mecanismo insurgido considerando os desdobramentos do sistema capitalista, ou seja, decorrente desse modelo de exploração e de expropriação da mão de obra da classe trabalhadora e dos recursos por meio dele arregimentados, que as injunções dessa ordem, na atualidade, têm-se (re)atualizado e se (re)configurado em múltiplas expressões.

Analisa-se que novos processos e estratégias de exploração estão sendo operacionalizados, fazendo com que a classe trabalhadora esteja alijada de acesso a direitos sociais básicos à sua subsistência, e na mesma direção não conseguindo compreender como esses determinantes incidem diretamente em suas vivências, furtando-lhes a própria capacidade de abstração das ações e deliberações que são inerentes a esse modelo de produção/exploração.

Segundo Mustafá (2020), essa compreensão no âmbito da profissão e também na atuação profissional deve estar interconectada aos marcadores sociais da diferença, dos quais gênero, raça, etnia, classe social; eu acrescentaria sexualidade, fazem parte, verificando como os condicionantes históricos, determinados e determinantes do capitalismo têm onerado sujeitos/as cruzados por essas dimensões.

Concomitantemente, impossibilitando de acesso aos bens social, cultural e humanamente produzidos em suas multidimensionalidades, objeto da exploração da mão obra; considerando que homens e mulheres dessas populações, muitas vezes, sequer, têm a sua mão de obra como produto da sociedade capitalista, pois são vítimas de um conjunto de medidas políticas não inclusivas, pontuais, casuísticas e fragmentadas desenvolvidas pelo Estado, os/as alijando de acesso aos direitos sociais mais elementares, além do reconhecimento de suas humanidades. Percebe-se que mesmo aqueles direitos que se apresentam como inerentes a todos/as que estão ocupando o status de humanidade e de sujeitos/as ante os processos de sociabilidades estabelecidos, são-lhes negados.

A esse respeito, analisa-se que, nas palavras de Mustafá (2020, p. 172), “saiba-se, a esse respeito, que uma das principais armas utilizadas pelos opressores para “eliminar”

os oprimidos é a de destruir a sua identidade”. Ou seja, cabe não só a profissão, mas aos/as profissionais o entendimento reflexivo, igualmente crítico e analítico acerca dos condicionantes históricos que têm gerado tais determinações nas vidas de grupos que historicamente estão posicionados no lugar do “outro”, desse outro não normativo, desse outro marginal, ininteligível, inimputável de humanidade, e que desde a sua concepção tem habitado às margens no que concerne à noção de direitos como prerrogativa dos indivíduos sociais e de obrigatoriedade do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas notas finais, importa elucidar que se pautou nas discussões propostas reflexões demonstrando como o Serviço Social surge no Brasil, as bases (tradicionais) que o estruturam e que nortearam o fazer profissional, respaldando-se nas e pelas ações da igreja católica e seus cruzamentos com correntes teóricas orientadas pelo tomismo, neotomismo, posteriormente, no positivismo.

Buscou-se evidenciar como a formação profissional em Serviço Social está inerentemente interligada com os preceitos éticos e políticos que norteiam o fazer profissional de assistentes sociais nos mais variados espaços e contextos em que se apresenta. Simultaneamente, demonstrar como o processo histórico de constituição da profissão, articulado aos preceitos da igreja católica a partir de uma compreensão acrítica e de não assimilação da realidade concreta culminou no direcionamento da profissão, não possibilitando um entendimento com criticidade das realidades postas e que se apresentavam para além das questões aparentes.

Pôde-se perceber que as injunções de tais processos são determinadas pelo capitalismo enquanto sistema que determina os meios e os modos de produção, igualmente, as relações sociais estabelecidas. Por efeito, verificou-se que suas interações incidem diretamente sobre os indivíduos sociais. Assim, analisa-se que todos os condicionantes dele advindos historicamente têm provocado rompimentos e rupturas nos múltiplos processos de sociabilidades arregimentados.

À vista disso, faz-se compreender que a Questão Social é resultado da ordem capitalista vigente e que se faz produto de intervenção do/a assistente social. As múltiplas expressões que dela são inerentes precisam ser compreendidas a partir de uma atuação crítica tentando dar respostas mediante à realidade e contexto apresentados, fazendo-se viabilizar e efetivar os direitos intrínsecos aos/as usuários/as do Serviço Social, elucidando o entendimento de que o Estado é responsável por tais questões à medida em

que se compreende que ele protege o mercado, o capital, transferindo para a sociedade civil um papel de desempenho e regulação que deveria ser dele.

Percebe-se que a constituição e trajetória do Serviço Social no Brasil estão permeados de contradições, sendo que, é a partir da década de 1970, com a emergência do movimento de intenção de ruptura (contexto de consolidação do golpe autocrático burguês), que se pretendeu romper com as bases tradicionais e conservadoras que circunscreveram a profissão; demonstrando como o movimento de intenção de ruptura, tendo sua consolidação em 1979, propõe uma ruptura com as bases conservadoras no interior da profissão.

De modo respectivo, ilustrou-se que na década de 1980, tem-se a consolidação de uma nova era para o Serviço Social, aportando-se em teorias e metodologias que possibilitaram uma base crítica, tanto no que diz respeito aos processos formativo e pós-formativo, como também referentes à atuação profissional.

Sob essa égide, a partir de então, são alistadas novas perspectivas teóricas, críticas, metodológicas, por conseguinte, analíticas em se tratando de compreender as realidades interpostas, perfazendo-se uma leitura acurada dos determinantes concretizados e que são estruturados pelo capitalismo e também estruturantes desse modelo de exploração, de acumulação e expropriação da força de trabalho humana, bem como concentração da riqueza socialmente produzida.

Mostrou-se também que as determinações do capital interferem direta e indiretamente nas relações sociais e humanas materializadas.

Por último, aclara-se que houve de fato o rompimento com o conservadorismo dentro da profissão. Concomitante e contraditoriamente, ainda, observa-se que nem todos/as os/as profissionais do Serviço Social estão acionando as ferramentas analíticas e críticas em seu fazer profissional, mesmo estando instrumentalizados/as do ponto de vista teórico e metodológico intentando-se uma atuação ética, política e profissionalmente comprometida como enunciado em documentos normativos; a exemplo do Código de Ética/1993, do Projeto Ético Político Profissional e da Lei de nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo, Cortez, 2019.

ALMEIDA, Magali da Silva; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. Assistentes Sociais negras na construção “da virada” do Serviço Social brasileiro. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira. **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo, Cortez, 2019.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. [Org] Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. – São Paulo: Cortez, 2012.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. Construção de uma epistemologia crítica no Serviço Social. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira. (org). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo, Cortez, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. Conservadorismo e Serviço Social: atualização e busca de ruptura. In: **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 12º ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

MUSTAFÁ, Alexandra. **Ética nel servizio sociale brasiliano** = Ética no serviço social brasileiro [recurso eletrônico]: filosofia, política e formação profissional: um olhar geral para divulgação no serviço social italiano / Alexandra Mustafá – Edição bilíngue. – Recife: Ed. UFPE, 2020.

Marx, Carl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução**, 2010. O texto “Kritik der Hegelschen Rechtspilosophie – Einleitung” foi escrito em dezembro de 1843 e janeiro de 1844 e publicado nos *anais franco-alemães* (Deutsch-Frnzösische Jahrbücher(em 1844. Traduzido por Rubens Enderle. (N. E. B). Disponível em: <file:///C:/Users/Win10/Downloads/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20CFDH%20(1).pdf>. Acesso em 10 de junho de 2023.